

PERCEPÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO RN

DEMOCRATIC AND POLITICAL PERCEPTION OF HIGH SCHOOL STUDENTS IN RN

Luiz Antonio Ferreira¹

<http://orcid.org/0000-0002-1227-6050>

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros²

<http://orcid.org/0000-0002-1829-9413>

RESUMO

Este trabalho tem como foco analisar e comparar como os alunos do terceiro ano do ensino médio do Rio Grande do Norte (RN), mais precisamente nas cidades de Riacho da Cruz e Parnamirim, compreendem a democracia e a esfera política a partir do conteúdo inerente ao ensino de Sociologia, assim como a percepção desses jovens acerca dos direitos e deveres como cidadãos e da importância da democracia e da política. Como procedimento metodológico, a escolha das duas cidades incide sobre duas diferentes realidades, mas que estão imersas sobre os mesmos conteúdos no ensino de Sociologia. Para a pesquisa, foram usados questionários que, por sua vez, comprovam uma perda de espaço da educação para a internet e uma descrença nos partidos políticos e na democracia, embora os alunos as considerem importantes e tenham uma ampla visão democrática.

Palavras-chave: Democracia; Política; Ensino de Sociologia; Juventude.

ABSTRACT

The main focus of this work is to analyze and compare how third-year high school students, in the interior (Riacho da Cruz) and in Parnamirim, metropolitan region of RN, understand democracy and the political sphere as a whole, taking into account what

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCIS) e voluntário do Programa de Residência Pedagógica.

² Professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, lotada no Departamento Ciências Sociais e Política. Doutora em Ciência Política (UFPE), mestre em Ciências Sociais (UFRN). Bacharel em Ciências Sociais UFRN, (2007). Vinculada ao projeto Observatório das Metrôpoles. Tem experiência na área de Desenvolvimento Regional, com ênfase em Estado e Políticas Públicas, atuando principalmente no seguinte tema: Gestão Pública, Políticas Públicas, Métodos Quantitativos, Participação e Cultura Política.

says the educational legislation on the teaching of Sociology and its duties with students, the age range of students who are characterized as young people and the importance of discussing democracy and politics with this audience. Methodologically, this research uses quantitative methodologies, questionnaires and data analysis to obtain results, which in turn, prove a loss of space from education to the internet, a disbelief in political parties and democracy, although the students consider them important and have a broad democratic vision.

Keywords: Democracy; Politics; Education; Youth.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem um importante aspecto: formar cidadãos capazes de pensar sobre o meio social em que vivem, com o papel de oferecer aos estudantes uma capacidade de tecer críticas e pensamentos sobre a sociedade (SCHWARZ, 2019).

No âmbito legal, há algumas determinações e diretrizes que a educação brasileira deve ter como princípios norteadores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, por exemplo, vincula a educação diretamente à prática social, que deve se guiar pelo princípio do pluralismo de ideias, bem como pelo respeito à liberdade e pela tolerância. A referida lei, no que diz respeito à educação básica, define, no artigo 22, que seja promovido pela educação o desenvolvimento do educando, em um processo que lhe garanta ferramentas e formação para o exercício da cidadania — prevendo ainda que o currículo seja composto por conteúdos que possibilitem um estudo, principalmente do contexto sociopolítico brasileiro. Além da propagação de valores e ideias que sejam de interesse social, de modo a contemplar os direitos e deveres dos estudantes, fortalecendo a ordem democrática e o bem comum.

É a partir da educação que se pode fornecer à sociedade os meios com os quais ela possa lutar por ideais, por melhorias sociais e políticas; gerar conhecimento e dar as ferramentas para que as pessoas pensem, sobretudo nas formas de governo e no que as regem.

Como se sabe, a educação transmite também valores e ideais, por isso, a educação é escolhida para ensinar, moldar e construir estes cidadãos que são, *a priori*, capazes de refletir sobre a vida em sociedade. Sem a educação, isso seria uma lição difícil de ser cumprida. Na sociedade brasileira, a Constituição e os órgãos responsáveis pela educação esperam que os cidadãos sejam instruídos no conhecimento político e social de sua realidade; e, para isso, é de fundamental importância que haja disciplinas como Sociologia, para que aflore a consciência crítica dos estudantes e dos jovens.

É reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Lei de número 9.394/96 a importância de disciplinas como a Sociologia na formação de cidadãos. Estes devem, com esses conhecimentos sociológicos, adquirir capacidade de pensar a realidade social em diferentes níveis, construir uma criticidade e uma capacidade reflexiva e tornarem-se agentes ativos dentro da sociedade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é também responsabilidade da disciplina Sociologia ampliar a compreensão dos alunos no que diz respeito à política, tornando-a próxima dos discentes, presente em seu cotidiano, para que a pensem como um espaço de consumação da cidadania. Permitindo diálogos sobre como se dão os governos, as formas de Estado no mundo contemporâneo e a caracterização dos regimes políticos, o que, dessa maneira, inclui construir saberes sobre a democracia.

Reconhecendo esse papel que é atribuído à educação e à sociologia, objetiva-se com esta pesquisa analisar como os estudantes do ensino médio de duas escolas públicas compreendem a democracia. As escolas escolhidas são a Escola Estadual João Soares da Silva, localizada no município de Riacho da Cruz (RN), cuja população estimada, segundo o IBGE (2021), é de 3.648 habitantes, e o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra, presente em Parnamirim (RN), município pertencente à Região Metropolitana de Natal, com população estimada para 2021 de 272.490 habitantes. Esta pesquisa utilizou como recorte duas escolas com realidades diferentes para averiguar se os alunos de grandes centros urbanos, em relação aos de um pequeno município, possuem melhor compreensão sobre os aspectos que regem a democracia.

Os públicos trabalhados foram as turmas do terceiro ano do ensino médio, buscando inferir sobre a percepção destas sobre o que rege e o que sustenta o sistema democrático, o que o fragiliza e que elementos são fundamentais para a democracia, entre outras finalidades. Com o ensino de Sociologia presente a partir do primeiro ano do ensino médio, espera-se que após esse contato com a disciplina os alunos tenham a compreensão do que é a democracia e da sua importância.

2 DEFININDO DEMOCRACIA

A democracia, assim como muitos outros objetos de estudo das ciências sociais e humanas, e especificamente dentro da ciência política, não tem um conceito definido e estático. A concepção de democracia sempre variou de acordo com a época e de acordo com a sociedade. A cada renovação, ela traz novos elementos que precisam ser definidos.

Durante um tempo, apenas os processos eleitorais sem fraudes, que possibilitassem a livre e limpa concorrência entre os adversários políticos foi suficiente para descrever e caracterizar a democracia (PRZEWORSKI, 1999), mas com as mudanças políticas e sociais foram abarcados ao conceito de democracia novos elementos, bem como liberdades civis, políticas, liberdades de imprensa, entre outros.

Na medida em que a cidadania avança, e em que as mudanças políticas e sociais ocorrem, mais fatores são cobrados para o exercício pleno da democracia, e com isso uma gama de autores a discutem, sempre tentando defini-la, seja por uma perspectiva submínima, mínima, ou por uma perspectiva de democracia participativa, deliberativa, multiculturalista ou outras. Ou seja, há um grande leque de perspectivas pelas quais os autores que discutem democracia podem se deter.

A concepção submínima da democracia é uma concepção que evidencia nas democracias o processo eleitoral; sobre como ele ocorre, se de forma limpa, livre, com respeito aos adversários políticos, se há alternância de poder. Um dos principais teóricos desta concepção é o Schumpeter (1961), o qual afirma que democracias se resumem a eleger governantes e ao direito do voto. O autor preocupava-se com a capacidade das democracias em eleger governos, por isso também se preocupava com a livre concorrência entre os partidos políticos no processo eleitoral.

Przeworski (1999), que define a transferência de poderes por meio de eleições como sendo a principal virtude de um sistema democrático e também como sendo um sistema em que os partidos políticos aceitam sua derrota política, ou seja, mais um representante da concepção submínima, que evidencia, mais uma vez, somente o processo eleitoral na descrição de democracias.

A partir dessa concepção, surge na ciência política a concepção mínima de democracia. Esta é responsável por incorporar à democracia novos elementos, sendo eles o respeito às liberdades individuais e de imprensa. Abarca à democracia também a maior expansão possível do direito ao voto, assim como se os políticos eleitos por meio do voto realmente governam ou se estão sendo usados por forças militares ou outros grupos.

Também traz o elemento que tanto é importante para as concepções mínimas e submínimas: se há eleições livres, limpas, em que os partidos políticos possam competir igualmente, mesmo essa concepção mínima não considerando a interferência da desigualdade social na desenvoltura democrática (MAINWARING; BRINKS; PÉREZ-LIÑÁN, 2001).

Scott Mainwaring, Daniel Brinks e Pérez-Liñán (2001) afirmam que há riscos na concepção submínima, pois pode haver países onde se realizam eleições, mas que ao mesmo tempo desrespeitam a liberdade de imprensa e individuais (prejudicando o próprio processo eleitoral) e, com isso, o equívoco de classificar países semidemocráticos ou autoritários como sendo democráticos. Por isso, a concepção submínima, segundo estes autores, não abarca elementos importantíssimos para uma democracia.

Robert Dahl (1972) traz a impossibilidade de alguns países serem plenamente democráticos e, por isso, elabora um novo conceito. O autor diz ser impossível haver uma democracia com plena desenvoltura; e, para uma análise desses países sem cair em terminologias excludentes ou determinantes, ele cria o termo “*poliarquia*” para se referir a formas de governos que podem ser definidas como regimes relativamente democratizados, ou seja, regimes que foram, de forma incompleta, popularizados e liberalizados: tem uma forte inclusão e uma ampla contestação pública.

Definindo democracia, Robert Dahl (1972) elenca alguns fatores que são de extrema pertinência para a descrição de uma democracia: contestação pública e direito de participação, compreendendo esses termos como sendo a oportunidade e o direito do povo de reivindicar e participar das decisões políticas. Além desses elementos já elencados, o autor afirma que é essencial haver liberdade para que exista oposição ao governo em um regime democrático e que haja também a participação destes opositores e do povo, o que complementa os elementos citados.

Abarcando mais atribuições para as democracias, Dahl (1972) inclui a *responsividade* que os governos devem ter perante às preferências dos cidadãos (preferências estas que devem ser vistas pelos governos sem cunho discriminatório). A maior extensão possível do poder do voto ao povo é outro elemento que se faz presente na obra e em outras concepções já citadas na pesquisa.

No entanto, mesmo com a preocupação com a extensão do voto, a análise do sufrágio do voto em uma democracia, para Robert Dahl, não pode ser elencada como norteadora, mas somente como mais uma característica de um governo democrático. Pensando nos efeitos da popularização e liberalização, Dahl (1972) enfatiza como isso é visto pelos governantes: essas mudanças ampliam a possibilidade de conflitos políticos entre oposição e governo, mas o governo, racionalmente, equilibra os custos e os benefícios que teria oprimindo sua oposição e escolhe tolerar seus adversários no campo político, possibilitando outro pilar da democracia para Dahl, a competitividade (DAHL, 1972).

Uma outra obra, contemporânea, que elenca pilares para a plena democracia é a mais recente “*Como as democracias morrem*” (2018), escrita por dois professores de Harvard, Levitsky e Ziblatt. No livro, os autores vão discutir e explicar como está ocorrendo a fragilização, o falecimento de regimes democráticos de alguns países, inclusive de países com democracia estabilizada, pois, segundo eles, uma nova onda de conservadorismo e autoritarismo atinge as esferas políticas de diversos países.

Para explicar como a democracia, especificamente a estadunidense, está sendo corrompida, os autores atribuem o pleno funcionamento da democracia a alguns fatores, sendo estes: as regras não escritas da democracia. Os autores irão afirmar que estas estão sendo corrompidas e enfraquecidas. As regras não escritas, tão fundamentais para as democracias, seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua se expressa no respeito que os políticos têm uns com os outros, por outros partidos e pela oposição política como um todo. Reconhecer estes como adversários legítimos e não como inimigos (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

A reserva institucional seria o uso limitado de determinados poderes legais, de certas atribuições políticas, que, apesar de legítimas, não são correspondentes a uma boa prática política, capaz de desestabilizar um sistema, tendo em vista que essa regra não escrita é fortalecida cada vez mais pelas ações dos políticos, pois estes, historicamente, vêm usando cautelosamente seus poderes (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Para os autores, essas duas regras não escritas sustentam uma democracia bem mais que as regras escritas, institucionais, pois criam uma cultura política que torna inviável ataques a um processo eleitoral (exige confiança nas eleições), propicia um ambiente político que preza pela liberdade individual, política e pela liberdade de imprensa.

Todos os elementos citados são importantíssimos na visão dos autores para uma democracia estável e consolidada, mas atribui um papel importante aos partidos políticos: o papel de serem protetores da democracia. É dever dos partidos, segundo os autores, manter longe do poder políticos que se caracterizem enquanto autoritários ou demagogos, apresentando um risco ao Estado Democrático de Direito (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

A democracia brasileira tinha, até então, cumprido seu papel procedimental que era melhorar a vida do povo, o que incluía realizar políticas públicas para promover melhor saúde, educação, assistência social etc. (AVRITZER, 2016). O autor cita um descontentamento com a democracia brasileira. Após essa afirmação, o autor se debruça em sua obra em explicar quais são os fatores que fizeram a população brasileira entrar em uma situação de descrença do sistema democrático brasileiro.

Entre elas estão: o modo como estão sendo feitas as alianças políticas, uma crise no sistema presidencialismo de coalizão, uma fragmentação e diminuição da participação popular, além da contraditória forma de combate à corrupção e também uma perda de status da classe média brasileira. Todos esses fatores propiciam um aumento na perda de legitimidade política por parte da população (AVRITZER, 2016).

Analisando os desafios à democracia brasileira, as raízes do autoritarismo no Brasil, Lilia Schwarcz (2019) faz uma descrição minuciosa de como o racismo, o patriarcado, a corrupção, o patriomonalismo, a desigualdade, a intolerância e outros corroem a tão nova democracia brasileira. A autora também aponta que o Brasil, seguindo a linha de governos autoritários, tende a esquecer o seu passado, criar uma narrativa para que o Estado e a população se peguem a ela. Um dos exemplos de narrativas criadas pelo Brasil seria o mito da democracia racial, por exemplo, da harmonia entre as raças.

Schwarcz (2019) declara que há uma tendência dos Estados em construir uma história que mantêm as “estruturas de mando e obediência”, que se espalham para o senso comum, essas narrativas passam a ser reproduzidas no dia a dia. Segundo ela, há no Brasil quatro pressupostos, falácias: a de um país harmônico, sem conflitos, de um povo avesso às hierarquias, e de que é uma democracia plena, sem ódio de classe, gênero e religião e que Deus asseguraria o povo brasileiro viver num paraíso.

Questiona a validade dessas premissas, resgatando o passado escravista do Brasil, explanando a violência cometida contra a população LGBT e chama atenção para o fato de que, em tempos de crise política, há uma disposição dos brasileiros a apoiar regimes militares, além da presença de latifundiários, coronéis, que ainda se fazem presentes nos estados, na política e nas eleições. Schwarcz (2019) ainda afirma que o Brasil está “surfando” numa onda conservadora, que há uma “demonização” das questões relacionadas ao gênero, às minorias sociais, às instituições políticas, aos partidos e que isso é resultado de um apego “a uma história mítica” (SCHWARCZ, 2019, p. 20).

Baquero (2008) é um outro autor que discute democracia no Brasil. Em um de seus trabalhos, ele analisa as discrepâncias teóricas que são criadas quando se enxerga o processo de democratização de um país (no caso, Brasil) somente por vias institucionais. O autor afirma já, em primeiro momento, que considerar apenas aspectos procedimentais é insuficiente num cenário de complexidade política.

Segundo ele, analisar a democracia brasileira, por exemplo, somente por esses segmentos pode fazer com que a democracia brasileira pareça até mais resistente a retrocessos e a rupturas que democracias europeias. Caracterizando uma democracia de qualidade, diz Baquero (2008), é necessário legitimidade, estabilidade e satisfação por parte dos cidadãos e que o modelo de “democracia contemporânea requer uma cidadania ativa.”

Para teorizar sobre a democracia no Brasil, o autor alinha-se ao Robert Dahl, já citado neste trabalho, com o pensamento de que nenhuma democracia é plenamente exercida, e encaixa o Brasil no rol de países democráticos de terceira onda (democracias em que o mercado tem papel central tanto nas esferas econômicas quanto nas sociais e políticas).

3 SOBRE JUVENTUDE, POLÍTICA E DEMOCRACIA

Pensando no perfil dos estudantes da rede básica também enquanto pessoas jovens, pensados por alguns autores, como Maia *et al.* (2011), como um público que, de acordo com sua realidade, está mais apto à mudança, à tolerância e à reconstrução da realidade social, constata-se que são importantes sujeitos políticos. Maia *et al.* (2011) afirmam que os jovens representavam em 2008 uma minoria política, apesar da população entre 15 e 25 anos corresponder a 20% da população. Maia *et al.* (2011) salientam ainda que esse público não costuma ter contato com discussões políticas na educação, nem em rede privada nem em rede pública de ensino, e que, muitas vezes, só tem a oportunidade de integrar-se na política quando ingressa na universidade, por meio de centros e diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes.

Outra pesquisa envolvendo juventude, política e educação foi realizada por Martins e Barros (2018) com o intuito de identificar quais os impactos do programa que promove uma educação política no Brasil, o Parlamentar Jovem Brasileiro (PJB). Os autores pontuam que numa sociedade democrática a educação é tida como uma ferramenta para promoção de ideais democráticos e cívicos que sirvam de alicerces para os regimes democráticos.

Os autores compreendem ainda que esses jovens tendem a se afastar da política institucional para participarem dos movimentos sociais, grêmios, etc. Eles costumam se posicionar contra a corrupção e favoráveis principalmente ao direito de acesso à educação. E reafirmam que, para o fortalecimento de qualquer regime democrático, é necessário que haja um aprendizado político que tenha como principais atores políticos os jovens.

Baquero e Baquero (2012) apontam que os jovens estão cada vez mais descrentes das instituições tradicionais e que isso se dá devido à corrupção e à desigualdade social, e que esse cenário se configura mesmo após o governo brasileiro, na época analisada pelos autores, ter buscado fortalecer as instituições. Para os autores, baseados em dados do Latino Barômetro, os jovens, apesar dos esforços governamentais, estariam cada vez mais distantes de ocupar seus espaços de participação social. Segundo a UNESCO, esse perfil de faixa etária sente-se cada vez menos representado, tanto na esfera do discurso, dos partidos políticos quanto dos debates.

Expondo essa realidade dos jovens perante à política brasileira, os autores questionam como então está sendo construída pelos jovens a democracia e a política brasileira. Estaria ela em declínio? Os jovens estão realmente mais apáticos no que diz respeito à política? Os autores trazem dados do IBGE (2010) que apontam um percentual de 26,9% da população brasileira como sendo de pessoas entre 15 e 29 anos de idade e chamam a

atenção para o fato de que com esse percentual, as atitudes, as ideias, as posturas e conhecimentos desse contingente populacional são capazes de ditar a realidade da democracia de um país. Em um cenário de contradição, segundo eles, estaria havendo um fortalecimento democrático enquanto o abismo dos jovens na política aumentava (BAQUERO; BAQUERO, 2012).

Max Stabili (2012) aponta que há uma crise nas democracias ocidentais e questiona como os jovens estão lendo isso, e afirma que, com a apatia política e a desconfiança das instituições, seus interesses não estão sendo defendidos. Ele acredita que os cidadãos confiam na democracia como melhor sistema de governo, mas não nas instituições e que, além disso, a postura política sofreu mudanças, que agora ela seria pós-moderna e individual e que há ainda nesse cenário o acréscimo da internet, que se opõe a hierarquias, que descredibiliza autoridades e a formalidade e que tem como principais agentes os jovens.

Na internet, segundo Stabili (2012), há a possibilidade de construir conhecimento, inteligência coletiva sem intermediários, como fóruns de política, partidos, etc. Essa realidade traz impactos políticos imensos, perpassando até pela educação, em que os *YouTubers* ocupam uma posição de sabedores. Pensando então essa possibilidade de construção de conhecimento coletivo permitida na internet, o autor afirma que não há por parte dos jovens uma falta de interesse, mas sim uma busca por colaboração.

4 AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE DEMOCRACIA

De acordo com as respostas obtidas dos alunos da E.E. João Soares da Silva e do Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP, são verificáveis algumas concepções e compreensões dos estudantes a respeito da democracia, sobretudo a brasileira, pois 90,5% dos alunos das duas escolas consideram o Brasil como um país de regime político democrático, com uma pequena porcentagem entre as escolas apontando para outros regimes como militar, aspecto esse que não faz parte da política brasileira desde 1985.

Buscando relacionar o questionário com a literatura trabalhada nesta pesquisa, foi questionado aos alunos o que era uma democracia e quais os elementos mais importantes de uma. Na E. E. João Soares da Silva e no CEEP foram obtidos resultados semelhantes: na primeira instituição, 90,5% dos alunos se aproximam da definição mais completa de democracia e, no CEEP, o índice aumenta para 95,2%, com ambos caracterizando democracia como um regime político que tem como princípios básicos os direitos civis, políticos, sociais e a diversidade, estendendo-se muito além do voto e da campanha eleitoral.

Essas concepções dos estudantes dialogam com as teorias mais abrangentes de democracia presentes neste trabalho. Os alunos consideram a democracia como sendo algo composto por elementos além da campanha eleitoral, se relacionando com as teorias de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), em que afirmam que analisar somente o processo eleitoral é vago para uma democracia, que se deve inserir outras análises, como a atuação da imprensa, a liberdade de expressão, entre outros fatores.

Além disso, estabelecem relação com outros autores, como Levitsky e Ziblatt (2018), quando inserem regras não institucionais, o papel dos partidos políticos e da imprensa na tarefa de fortalecer e defender a democracia, bem como Robert Dahl, que por abranger tantos elementos a uma democracia, diz ser impossível existir um Estado plenamente democrático.

Quanto ao aspecto da importância da democracia para os alunos, percebe-se uma maior diferença entre os estudantes das referidas escolas, pois enquanto 90,5% dos alunos do CEEP consideram a democracia como algo importante, apenas 71,4% dos alunos da E.E. João Soares a consideram como tal e 23,8% a consideram razoavelmente importante.

As questões aplicadas junto aos alunos também versavam sobre a avaliação da democracia brasileira e a consistência desta perante os estudantes. Considerando a avaliação da democracia brasileira, é afirmativo que os alunos da E.E. João Soares estão mais descontentes com o regime, pois 47,6% deles a consideram como insatisfatória e 47,6% como regular. Enquanto isso, no CEEP, 57,1% a consideram pelo menos regular. No geral, o espectro que ronda as duas turmas é de insatisfação com a democracia brasileira, com apenas 4,8% considerando-a como satisfatória nas duas turmas, com índice muito baixo.

Esses dados conversam com a literatura trazida neste trabalho, principalmente com Max Stabili (2012) quando afirma que os jovens conferem importância à democracia, mas não às instituições, que estão cada vez mais distante e com descrédito dentro desse público.

Isso pode ser explicado a partir do fato dos estudantes do CEEP residirem numa região com muito mais movimentos sociais, com uma atuação política muito mais forte e constante, não sendo presente apenas em períodos eleitorais. Isso ajuda a reforçar no imaginário desses estudantes a importância de um regime político que dê espaço à participação política, à democracia.

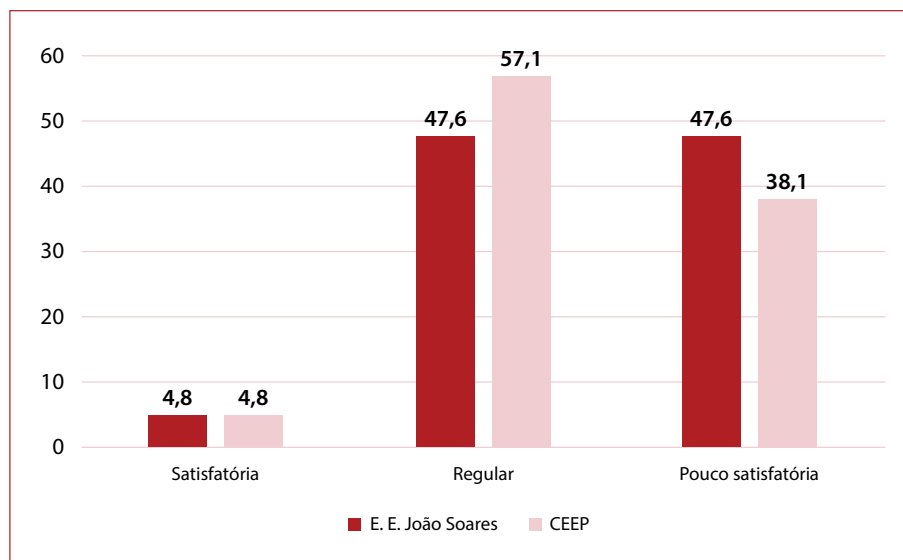


Figura 1 - Como você avalia a democracia brasileira?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Condizente com as respostas anteriores, os alunos do CEEP apresentam uma maior resistência a um regime militar, sejam quais forem as circunstâncias. Isso reflete o resultado de 90,5% deles considerando democracia como algo importante, inviolável. Buscando compreender mais a fundo a relação dos estudantes com os pilares democráticos, como por exemplo, partidos políticos e movimentos sociais, as perguntas foram ainda mais direcionadas, versando diretamente sobre esses aspectos.

Já os estudantes da E. E. João Soares da Silva apresentam uma maior aderência à possibilidade de viver num regime militar, com 9,5% apontando para “sim” e 42,9% para “talvez”, achando viável a substituição de um estado democrático por um autoritário. Mounk (2018), em sua obra *O povo contra a democracia*, fornece mecanismos de explicação do porquê os jovens estarem tão propensos a apoiar regimes autoritários e de serem tão críticos da democracia. É fato, diz o autor, que não só os jovens, mas os cidadãos, de maneira geral, estão mais indignados e inquietos com a política, demandando políticas que antes eram impensáveis de ter apoio popular, pois os eleitores estão se sentindo distantes das políticas públicas, impacientes com as instituições e intolerantes com o avanço e conquista de direitos por parte de minorias.

Há o declínio das economias, o avanço de partidos cada vez mais radicais, juntamente com o cansaço da democracia liberal, diz Mounk (2018). Pesquisando a situação dos jovens nos EUA perante a democracia, o autor relata que menos de um terço deles acha importante, essencial, viver numa democracia.

Mounk (2018) estuda especificamente a realidade dos EUA e da Europa Ocidental, ressaltando que esses elementos podem transcender essas fronteiras. A partir de Mounk é possível inferir que os índices de confiança nas instituições e na presidência dos EUA estão baixíssimos, sendo “natural” o desinteresse por política por parte dos jovens, principalmente os nascidos dos anos 1980 em diante. É constatado que os jovens são muito mais propensos a “desistir” da democracia, o que pode ser explicado por vários fatores, como desemprego, desconfiança nas instituições e também o fato destes jovens nunca terem tido contato com o regime oposto à democracia, com o autoritarismo, com o fascismo, promovendo uma não valorização do estado democrático.

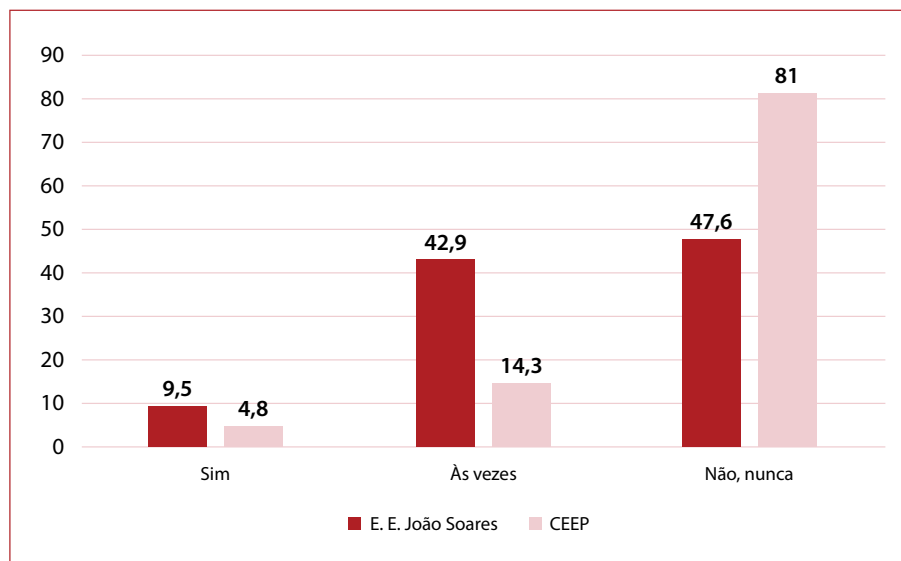


Figura 2 – Você acha viável que em alguns momentos substituam a democracia por um regime militar?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Sobre os partidos políticos, foram questionados a respeito de suas afinidades, como se relacionam com os partidos em eleições, qual a importância conferem a estes. Os alunos do CEEP indo contramão da política institucional, de acordo com suas respostas, apresentam apenas 9,5% de afinidade com algum partido político contra 14,3% dos alunos da E. E. João Soares da Silva. Entre as duas turmas, o índice de afinidade dos estudantes com os partidos é baixo, se aproximando do que dizem Baquero e Baquero (2012), quando afirmam que os jovens estão cada vez mais descrentes da política institucional e dos partidos políticos. Dentre os pouquíssimos que responderam ter alguma afinidade, citaram partidos como PT e PSL. Na E. E. João Soares ainda houve menções a um movimento político, o MBL, o que é diferente de um partido político, demonstrando possível confusão a respeito da compreensão do que é de fato um partido.

Apesar dessa situação de pouquíssima afinidade dos estudantes com os partidos políticos brasileiros, eles ainda conferem moderada importância, com ambas as turmas alcançando índices de 57,1% no que diz respeito à importância dos partidos. Isso demonstra que eles, apesar de considerar os partidos políticos ainda como uma forma de representação importante, preferem se manter afastados.

Junto disso, há um indicativo importante de como os alunos pensam a questão representativa dos partidos políticos nas eleições. Em ambas as escolas, o índice de estudantes que consideram o partido como critério para definir seus votos é baixo. Na E. E. João Soares, apenas 9,5% procura estabelecer seus votos a partir dos partidos; no CEEP, 14,3%, resultando muito mais no voto personalizado, no voto dirigido aos candidatos. Ou seja, retifica-se a distância entre eles e os partidos políticos.

Neste cenário, um dos pilares da democracia, definidos até como defensores da democracia por Levistky e Ziblat (2018), os partidos políticos são atingidos por uma desconfiança, descrença e não identificação dos jovens para com eles, provocando uma fragilidade num dos maiores alicerces democráticos.

Indispensável em qualquer Estado democrático, o voto é um dos pilares de qualquer democracia, logo, entender como está se dando o exercício do voto entre esses jovens é também essencial. Com os resultados das respostas dos alunos quando questionados se haviam votado na última eleição (2020), o índice é um pouco preocupante, principalmente para o CEEP, em que apenas 14,3% votaram. Enquanto isso, na E. E. João Soares 90,5% dos estudantes exerceram o poder do voto.

Diante de tais dados, conclui-se que a política, pelo menos em período eleitoral, faz-se muito mais presente e próxima dos alunos da E. E. João Soares da Silva. O motivo deles não terem votado foram variados, mas o principal foi não ter o título eleitoral, embora haja menções importantes dos alunos do CEEP que comprovam um descontentamento e uma descrença nos políticos brasileiros, alegando corrupção, enriquecimento ilícito, má prática política, culminando numa falta de engajamento desses jovens.

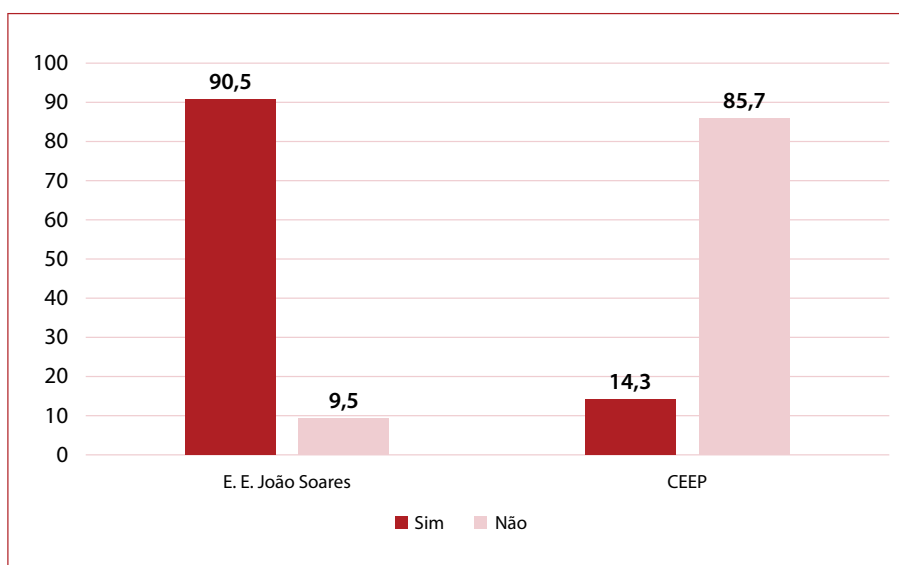


Figura 3 – Você votou nas últimas eleições?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

A respeito dos movimentos sociais, elemento também importante e que vale a análise de como estes jovens os enxergam, há resultados que fogem da obviedade. Nas duas escolas e turmas, foram alcançados os mesmos índices de importância conferida aos movimentos sociais: 95,2%.

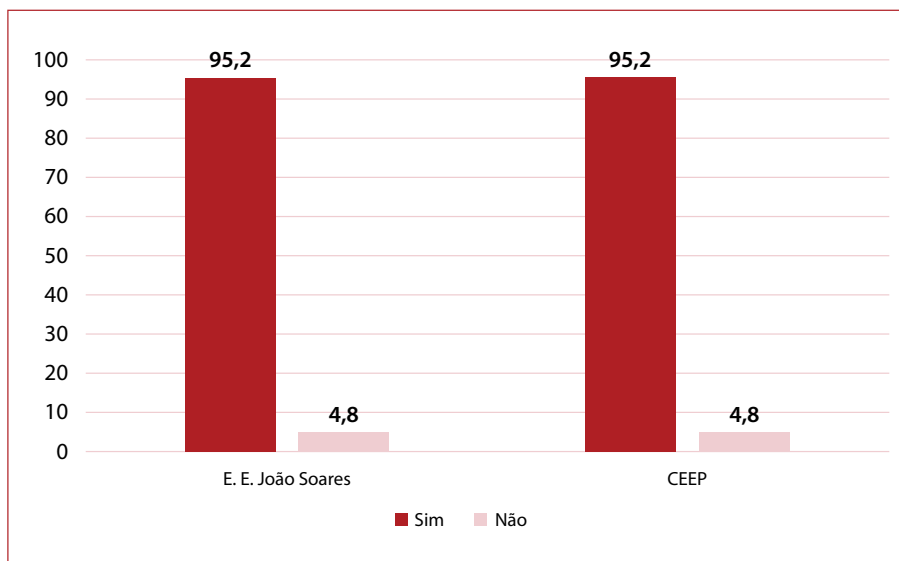


Figura 4 – Sobre os movimentos sociais: você acha eles importantes?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

A diferença vem no próximo tópico, que revela o quanto eles conhecem movimentos sociais, se conhecem algum, o contato que eles têm com esses movimentos. Na E. E. João Soares, 66,7% dos alunos do terceiro ano conhecem algum movimento social, enquanto no CEEP o índice é de 61,9%. Apesar de a diferença ser pequena, o resultado é revelador e inesperado. Uma escola se localiza no interior do estado, onde a existência desses movimentos sociais é reduzida, quase inexistente, mas ainda assim há nessa realidade um maior conhecimento do que entre os estudantes que residem na capital.

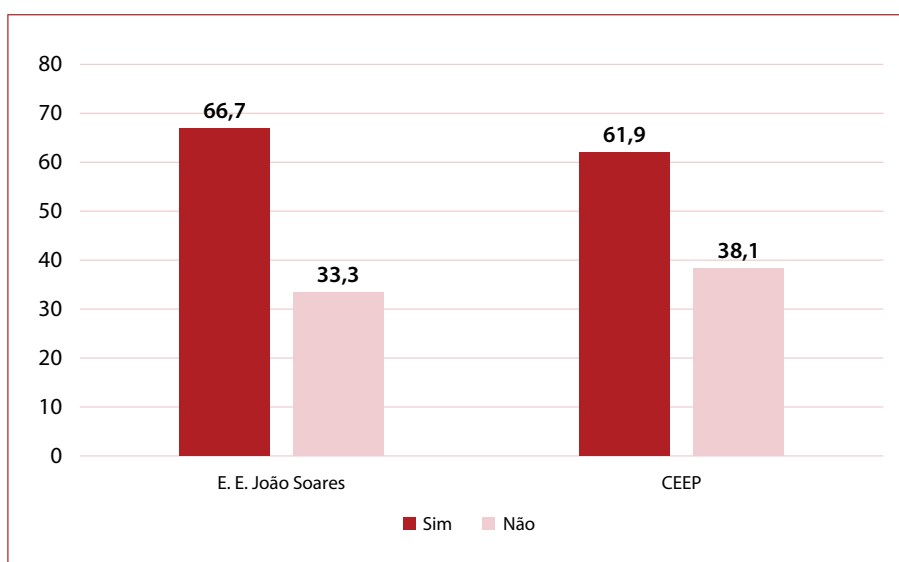


Figura 5 – Você conhece algum movimento social?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

No objetivo de captar o quanto de democracia e política estes jovens entendiam, tiveram que responder o quanto eles compreendiam; se muito, pouco ou medianamente. Os resultados foram os que seguem no gráfico a seguir. Na E. E. João Soares, o índice apresenta uma melhor percepção (razoável), pois, apesar de 9,5% dos alunos do CEEP afirmarem conhecer muito de democracia e política, o índice de razoável e pouco se sobressai muito mais.

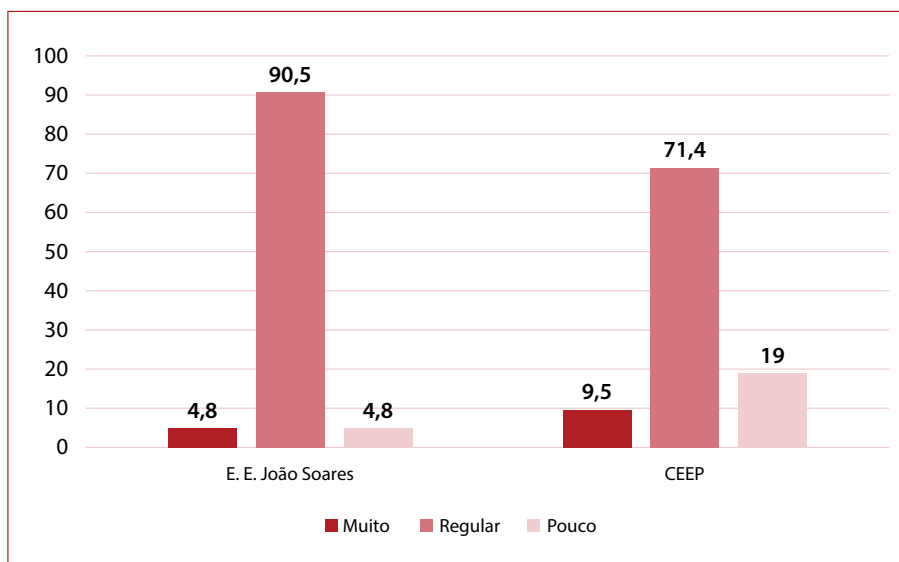


Figura 6 – Acerca da sua compreensão sobre política: você compreende muito, regular ou pouco?
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Além de saber o quanto eles entendem sobre estes aspectos da vida social, é muito importante saber onde estão sendo formadas as suas opiniões e concepções a respeito disso. Tendo em vista essa importância, eles tiveram que assinalar através de qual meio eles formam suas opiniões políticas, se através da escola, família, igreja, televisão ou redes sociais.

Ter conhecimento sobre isso é importante para saber se as escolas cumprem as prerrogativas a respeito do ensino de Sociologia quando afirmam que tal disciplina deve construir saberes sobre regimes políticos, governo e cidadania, de forma geral, e, sobretudo, para analisar a influência da família e das redes sociais neste público, teorizada neste trabalho por autores como Stabili (2012) e Maia *et al.* (2011).

O resultado, nas duas turmas, mostra uma influência enorme e dominante das redes sociais como uma ferramenta e espaço para formar opinião, conhecimentos e um perfil político, seguido da influência dos familiares e amigos. A situação é um tanto quanto reveladora, pois evidencia a perda de relevância da escola nessa questão, tendo em vista que nenhum dos alunos do CEEP levam em conta a escola para construir suas concepções acerca da política; e apenas 4,8% dos alunos da E. E. João Soares priorizam.

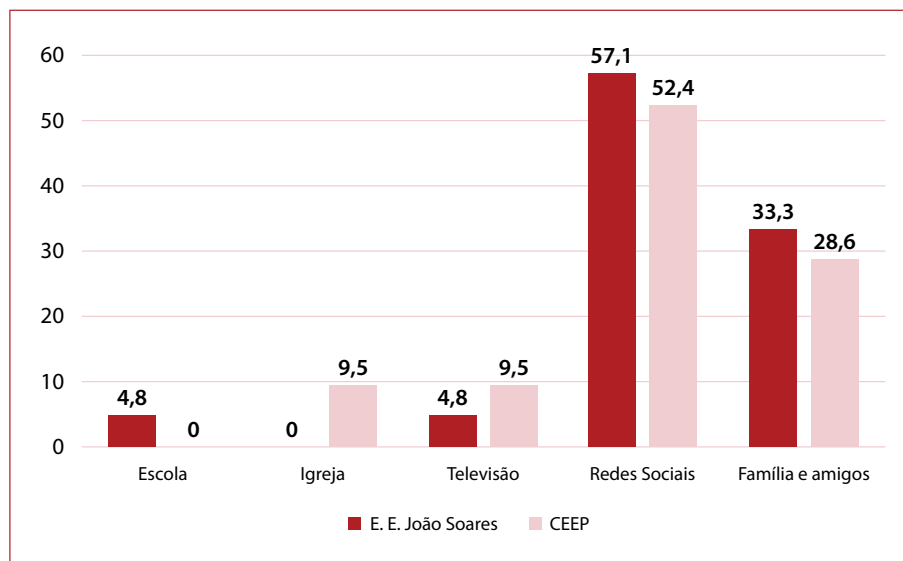


Figura 7 – Você forma sua opinião política na maioria das vezes através de qual meio?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Em diálogo com essa questão, eles responderam se achavam importante que houvesse discussão sobre política no ambiente escolar. Neste aspecto, os alunos do CEEP apresentam uma maior abertura e conferem maior importância a que se discuta política nas instituições educacionais (o que pode ser contraditório, levando em conta que os mesmos alunos não constroem seus conhecimentos de política baseados nessas discussões), e se igualam no que diz respeito à não importância da discussão.

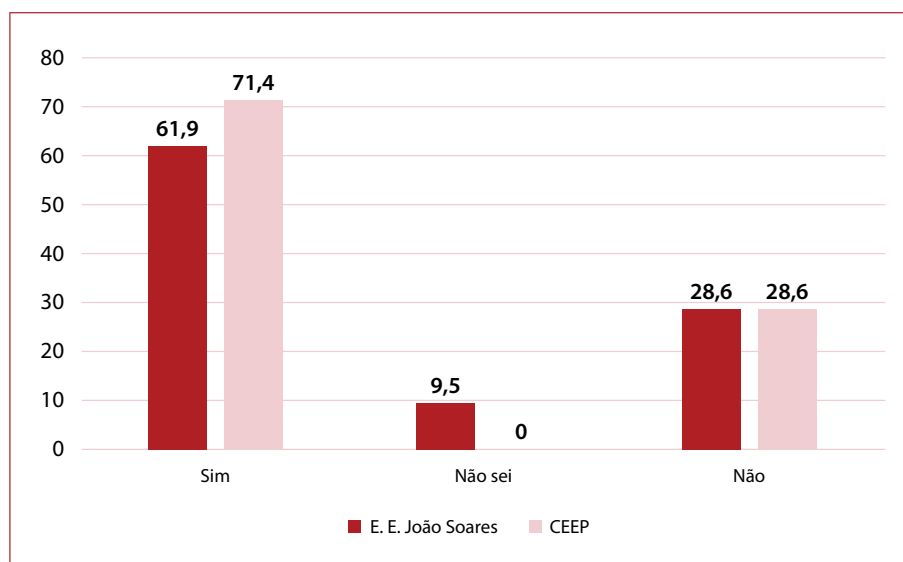


Figura 8 – Você acha importante que se discuta política no ambiente escolar?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Ainda na meta de traçar a “rota”, a trajetória dos conhecimentos desses jovens alunos, busca-se saber por qual meio eles tiveram o primeiro contato com o termo “democracia”. De acordo com os resultados, verifica-se uma dominância e presença de diversas instâncias e meios, de forma horizontal. Tanto a escola, as redes sociais e a família foram precursores para inserir os alunos na discussão sobre democracia, com ressalvas para a importância que exerce o papel familiar para os alunos do CEEP, com 47,6%.

Esses dados confirmam, nesta realidade, o que diz Stabili (2012), ao frisar que os jovens estão buscando a internet cada vez mais como um espaço alternativo e de colaboração para formar suas opiniões políticas, influenciando até mesmo no papel da educação formal.

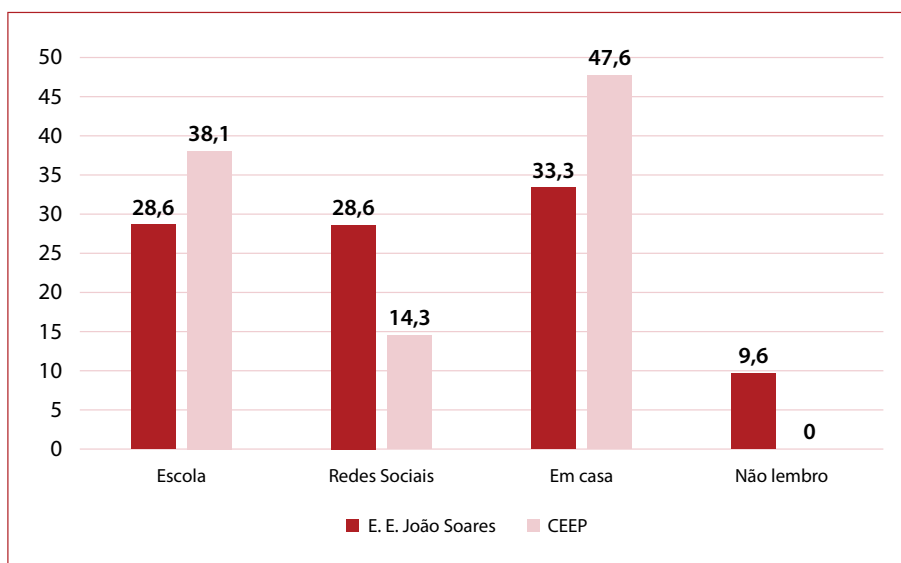


Figura 9 – Supondo que você conhece o termo democracia, onde você teve o primeiro contato?

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Identificar a frequência com que eles discutiam política no seu dia a dia, saber o quão próxima é a política de suas vidas também é primordial, logo eles foram chamados a responder isso, demonstrando uma presença, de forma geral, regular das discussões políticas no cotidiano de cada turma.

5 CONCLUSÕES

É possível estabelecer algumas conclusões após o levantamento bibliográfico envolvendo democracia, política, juventude e educação e após a análise dos questionários aplicados aos alunos nas duas escolas.

A exemplo de considerações finais destaca-se a concepção, em ambas as turmas, de democracia como sendo um regime político de amplas extensões: com alcance de direitos políticos, civis, sociais, de garantia da diversidade, liberdade de imprensa, limpo processo eleitoral, escolha de governantes etc. As noções que os estudantes têm a respeito de democracia se afastam da noção submínima (PRZEWORSKI, 1999) de democracia, que considera apenas o processo eleitoral em suas análises.

Com acesso e análise das respostas dos alunos é possível fazer algumas considerações a respeito também da percepção geral deles sobre o espectro político, democrático, sobre a educação e outras influências em suas vidas.

Percebe-se que as prerrogativas, as legislações educacionais, no que cabe as determinações de discutir em sala de aula regimes de governo e a democracia, estão sendo cumpridas em ambas as escolas, pois um índice considerável deles afirmaram ter tido o primeiro contato com a democracia em sala de aula.

Porém, há um quadro muito mais superior a este, o da perda de espaço da educação na formação política e cidadã destes alunos, em ambas as escolas, se intensificando no CEEP, onde nenhum dos estudantes do terceiro ano forma seus conhecimentos sobre política e democracia a partir do ambiente escolar. Constata-se uma presença muito mais forte das redes sociais assumindo esse papel, o que já foi relatado na literatura deste trabalho, por meio de Stabili (2012) e outros.

Essa situação pode ser ainda mais reafirmada e caracterizada quando os alunos do CEEP, residindo na região Metropolitana (onde há forte presença de movimentos sociais), conhecem menos movimentos que os estudantes da E. E. João Soares. Isso abre margens para afirmar que os jovens do interior tiveram contato com esses movimentos através das redes sociais, que já deixaram clara a sua força dentro desse público, de acordo com os dados presentes neste trabalho.

Em ambas as turmas, é também notável o cenário de descrença, insatisfação e de alheamento dos alunos perante a política, democracia e partidos políticos. Como já dito, os jovens estudados nesta pesquisa até consideram os partidos instituições políticas importantes, mas não querem estabelecer uma relação próxima com estes, nem no momento de votação.

Em termos de comparação entre ambas, não há muitas diferenças de concepções de uma para outra, pelo contrário, há mais proximidades, exceto por questões bem pontuais, como o exercício do voto, em que os alunos da E. E. João Soares se mostraram mais atuantes, enquanto os do CEEP se mostraram mais resistentes a um regime não democrático, etc. Ou seja, são variáveis que se encontram e se distanciam, formando um perfil mais sólido descrito.

A insatisfação com as instituições e a democracia no Brasil pode ser lida e interpretada pelas contribuições teóricas de alguns autores e autoras, como por exemplo, Lilia Schwarz (2019), já citada nesta pesquisa, afirmando que há no Brasil, uma tendência por parte da população, de apoiar regimes militares em tempos de crises, de criar falsas narrativas a respeito desses regimes e que há, atualmente no país, uma onda de ódio perante as instituições e a democracia.

É também constatada uma dada importância à democracia e aos partidos políticos por parte dos estudantes, mas ao mesmo instante, uma relação de estranhamento, desconfiança e insatisfação. Isso pode ser explicado pela ótica de Baquero e Baquero (2012), quando os autores afirmam que há entre os jovens brasileiros uma descrença nas instituições mais tradicionais, provocado pela desigualdade social e corrupção, que acaba sendo endossado por Avritzer (2016), quando diz que escândalos de corrupção estão a fragilizar a democracia brasileira perante a população.

Analisando a perda de espaço do ambiente escolar na formação política dos estudantes, Stabili (2012) auxilia na compreensão de tal fato, pois diz que a internet toma cada vez mais espaço como forma de participar da política de forma colaborativa e salienta que, muitas vezes, canais de informação acabam ganhando credibilidade, como se fossem professores, afetando diretamente os espaços de educação formal.

Além disso, Maia *et al.* (2011) chamam a atenção ao fato de que os estudantes não têm contato com a prática política nas escolas, em rede privada ou pública, o que é também confirmado pelos dados da pesquisa, tendo em vista que o ambiente familiar e a internet são os mais influentes na formação dos alunos.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia? **Em Debate**: Periódico de Opinião Pública e Participação Política, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 19-25, 2012.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Riacho da Cruz**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/riacho-da-cruz/panorama>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- DAHL, A. Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1972.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAIA, A. J. V. *et al.* Juventude e política: observando a Ufba. *In*: SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 169-186.
- MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamentar Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 26, n. 66, 2018.
- MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina. **Dados**, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MOUNK, Yoscha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy: A defense. **Democracy's Value**. Cambridge: Cambridge UP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

STABILI, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. **Em Debate**: Periódico de Opinião Pública e Participação Política, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 35-39, 2012.